

SINTESPE

Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de SC

filiado a
CUT BRASIL

Praça Olívio Amorim, nº 82 - Centro - Florianópolis/SC - CEP: 88020-090 - Julho 2012 - (48) 3223-6097 / www.sintespe.org.br



Transparência x Intimidade

Sintespe lança Manifesto contra publicação dos vencimentos nominais dos Servidores

No último dia 4 de julho, o governador de Santa Catarina assinou Decreto 1.048/2012, que disponibilizará os dados referentes aos vencimentos dos trabalhadores no serviço público nos moldes da Presidência da República. A fim de impedir que sejam publicadas informações pessoais dos servidores públicos do estado, o Sintespe entrou com um Mandado de Segurança Preventivo na Justiça Estadual.

A divulgação dos ganhos dos servidores por parte do Executivo está sendo baseada na Lei do Acesso à Informação (12517/2012), também chamada de Lei da Transparência, mas não é a Lei que prevê essa divulgação e sim, o Decreto 1048/2012 que regulamenta a Lei, publicado em maio, último.

O decreto estabelece que devem ser publicados a remuneração e subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluindo auxílios, ajudas de custo, jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como proventos de aposentadoria e pensões, de maneira individualizada, conforme ato do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

"Nosso Sindicato não é con-

trário à divulgação de dados como cargo, lotação, matrícula porém que os dados não sejam vinculados aos nomes dos servidores", afirma Maria Cláudia Oliveira dos Santos, presidente em exercício do Sintespe, "pois isso colocará em risco a vida dos servidores públicos e seus familiares. Essas informações já estão publicizadas por meio das tabelas salariais nos sites dos governos e do Sintespe", completa.

Apesar de parecer novidade, há anos as Leis de Diretrizes Orçamentárias determinam a transparência da remuneração dos servidores, assim como na própria Constituição Federal também é assegurado a todos o acesso à informação.

De acordo com Patrícia Calderaro, Assessora Jurídica do Sindicato, o fundamento do Mandado está especialmente no inciso X do 5º artigo da Constituição Federal de 1988, o qual preceitua que "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação, que preza pela inviolabilidade de dados pessoais". Além disso, Patrícia explica que um decreto deve regulamentar uma

lei, mas não deve extrapolar o que ela determina e em nenhum artigo da lei consta que os vencimentos dos servidores com seus respectivos nomes possam ser publicados".

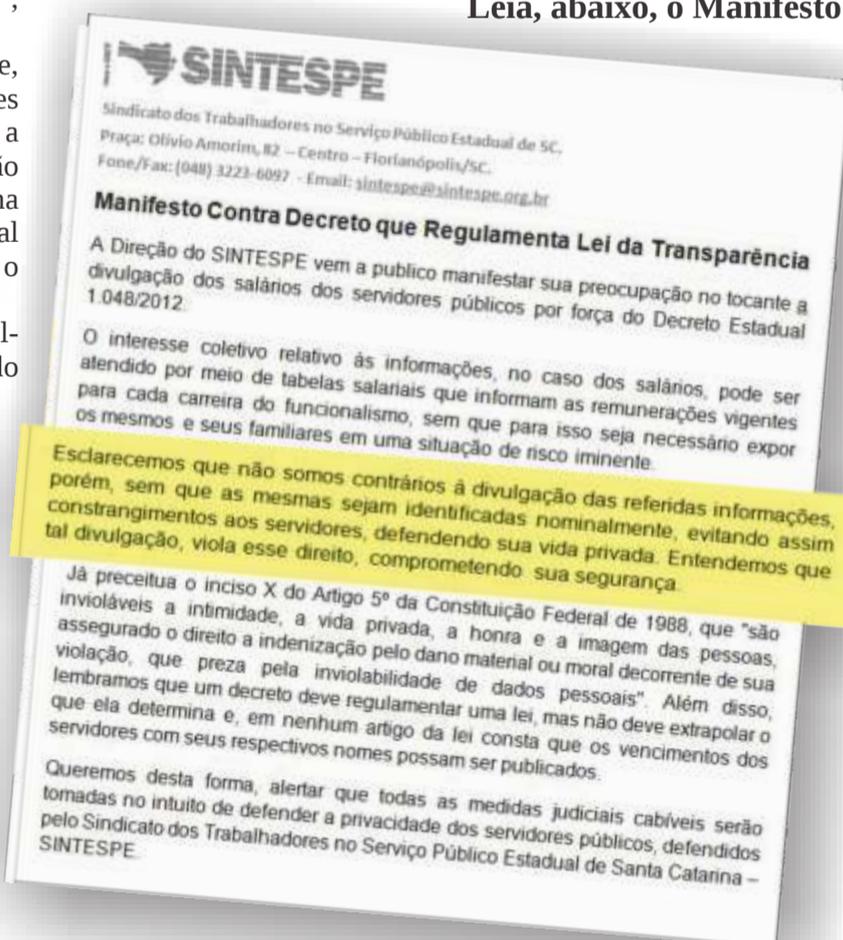
Sintespe lança Manifesto à População

Em protesto à publicação dos salários nominais dos servidores, a direção do Sintespe

elaborou um Manifesto Público para distribuir à população.

É preciso esclarecer à população, que paga por meio dos impostos os gastos do Estado, que o Sindicato não é contrário à Lei da Transparência e que para saber qual o custo da folha dos servidores, basta o governo publicar as tabelas salariais em seu site.

Leia, abaixo, o Manifesto



4º Congresso do Sintespe



Congresso aprova lutas contra a privatização
Encarte

É preciso fortalecer nossa luta



Sintespe lança Campanha de Sindicalização no 4º Congresso
Página 3

Plano de Cargos e Salários



Sindicato realiza Seminário para elaborar junto com a categoria um PCS
Página 2

Imposto Sindical

Sintespe devolverá em breve sua parte do IS descontada do trabalhador (60%)
Página 4

SC Saúde

Decreto permite reembolso parcial de gastos. Em Chapecó, credenciamento do Hospital da Unimed deve ter empenho do governo
Página 3

AÇÕES SINDICAIS

Plano de Cargos e Salários está em discussão

No dia 3 de Agosto, às 14 horas, o Sintespe realiza um Seminário para discutir a elaboração de um novo plano de Cargos e Salários para a categoria.

Em Santa Catarina, o descaso do governo com os serviços públicos demonstra também sua falta de compromisso com os servidores públicos que acumularam uma perda salarial de 30%, nos últimos anos. Para que esse descaso não mais se repita e para evitar demais injustiças, são necessárias e urgentes a elaboração e a adoção de um PCS que contemple uma perspectiva de progressão na carreira; insalubridade e vantagens aos trabalhadores noturnos; promoções e incorporações salariais em geral; a adoção de um piso inicial padrão para os servidores em início de carreira com nível médio, nível superior, como também há a necessidade de se



criar estímulo salarial para quem tem nível superior que está em disfunção.

O resultado do Seminário será discutido com a categoria em todo o estado.

Devido ao espaço do Auditório, local, os interessados em participar da atividade devem se inscrever com antecedência pelo e-mail: sintepes@sintespe.org.br ou pelo telefone 3223-6097.

BALANCETE

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS - 2012		
RECEITA	MARÇO	ABRIL
Mensalidade de Associados	133.465,58	133.926,93
Contribuição Sindical	-	272.818,65
Receitas de Precatórios	17.872,71	8.781,79
Receita de Locação	434,00	186,00
Receita de Aplicações	1.204,89	1.243,21
TOTAL DAS RECEITAS	152.977,18	416.956,58
DESPESA	MARÇO	ABRIL
PESSOAL E ENCARGOS	49.791,04	66.502,36
DESPESAS GERAIS		
Água e Esgoto	193,16	208,16
Alimentação/Refeições	1.843,21	1.454,00
Combustíveis e Lubrificantes	721,32	737,23
Correios e Malotes	110,65	15.409,35
Energia elétrica	830,01	1.470,11
Serviços de Limpeza	258,00	430,00
Honorários Profissionais	2.000,00	2.000,00
Impostos e Taxas Diversas	10,72	10,72
Manutenção em Programas	903,64	903,64
Manutenção em Veículos	130,00	150,00
Manutenção e Reparos	1.744,28	35,00
Material de Expediente	2.378,70	-
Material de Higiene	47,50	492,37
Material de Uso Permanente	110,00	-
Outras Despesas	290,60	63,40
Segurança do Patrimônio	161,29	161,29
Seguros	970,38	970,38
Telefones e demais comunicações	1.857,36	2.477,38
Tarifas Bancárias	150,55	182,08
IMPrensa e Divulgação		
- Livros/Jornais/Revistas	1.560,30	-
- Adesivos/Panfletos	-	1.000,00
- Radios/TV/Som/etc	750,00	750,00
ATIVIDADES SINDICAIS		
- Complemento Salarial	2.016,46	2.016,46
- Contribuição a CUT	11.962,25	11.962,25
- DIESSE	431,53	431,53
- Doações	1.250,00	1.000,00
ASSESSORIA JURIDICA/CUSTAS/CÁLCULOS	30.340,30	14.798,86
DIRETORIA E REPRESENTANTES		
- Alimentação/Hospedagem/Passagens/Locação Transporte	6.903,87	21.263,56
- Combustíveis e Lubrificantes	1.084,89	974,90
- Outras Despesas	2.700,00	2.700,00
DELEGACIA REGIONAL DE LAGES	1.393,55	1.810,06
DELEGACIA REGIONAL DE CHAPECÓ	1.190,54	1.226,53
DELEGACIA REGIONAL DE JOINVILLE	3.250,82	2.142,07
SALA CRICIÚMA	509,80	796,15
TOTAL DAS DESPESAS	129.846,72	156.529,84

Ações coletivas requerem reajuste de gratificação e VP

A assessoria jurídica do Sintespe ajuizou no dia 16 de julho, ações coletivas judiciais requerendo o reajuste imediato e cobrar as diferenças devidas em relação à gratificação Estímulo ao Desenvolvimento da Infraestrutura Estadual paga aos servidores do Deinfra.

Quando a tabela de vencimentos dos servidores públicos de SC foi descompactada em 2010, os servidores do Deinfra continuaram a receber sua gratificação conforme a tabela de vencimentos de 2009.

Os servidores do Departamento também ficaram a ver

navios no que diz respeito ao reajuste das Vantagens Pessoais relativas à Incorporação de Gratificação de Função e de Incorporação de Cargo Comissionado. Essas ações coletivas devem beneficiar todos os servidores do órgão, já que o congelamento da Gratificação e da Produtividade resulta em uma perda de 35% do seu valor.

Essas ações foram preparadas desde abril, quando o Sindicato organizou reunião com os servidores do Deinfra para informar sobre a situação do congelamento desses benefícios.

UNIDADES DE INTERNAÇÃO DE MENORES

Descaso nas resulta em más condições de trabalho

O Sintespe está acompanhando as condições de trabalho dos profissionais da Unidade de Internação de Menores Infratores São Gabriel, em São José.

As condições são precárias e representam o descaso do governo com a Segurança Pública, com os trabalhadores e com a reintegração dos menores que ali aportam. Em reuniões com os servidores, realizadas nos últimos três meses, foram debatidas medidas urgentes nas esferas jurídica e administrativa que devem ser

tomadas pelo Estado para solucionar os problemas.

A reivindicação de uma nova escala de trabalho, o benefício da insalubridade, melhor estrutura física e profissional no local, a necessidade de enfermeiros e vínculos adaptados para cadeirante estão na pauta dos profissionais. Outro encaminhamento decidido é fazer um denúncia no Ministério Público de Santa Catarina sobre a realidade desses trabalhadores. Se você é do Setor, fique atento à agenda de atividades.

Diretoria se reúne com servidores do Planalto Norte

Para melhor atender às demandas da categoria no planalto norte de SC, a presidente em exercício, Maria Cláudia Oliveira dos Santos, e o diretor responsável de Saúde e Segurança do Trabalho, Sebastião Amorim, se reuniram com servidores do Deinfra e das Secretarias de Justiça e Cidadania e da Educação em Canoinhas, Caçador e Porto União, nos dias 19 e 20 de junho.

Na pauta das cinco reuniões realizadas foram esclarecidas dúvidas quanto à devolução dos valores do Imposto Sindical, sobre as negociações com o governo quanto à gratificação dos analistas técnicos em educação, sobre as ações judiciais que serão impetradas a favor dos trabalhadores do Deinfra pelas gratificações, as deliberações e as mudanças estatutárias aprovadas no 4º Congresso do Sindicato e o



Diretor Sebastião Amorim conversa com servidores

plano de saúde. Os problemas enfrentados pelos servidores por causa da falta de médicos credenciados na região ganharam destaque nas reuniões e os dirigentes prometem tratar disso com o Secretário de Administração.

A visita foi importante e nela foi possível esclarecer dúvidas, informar e acompanhar mais de perto a categoria. Nas próximas semanas, novas visitas à região e em outras localidades do Estado serão realizadas.

RÁPIDAS

Eleições 2012: Diretoria do Sintespe sofre modificações

De 5 de junho último até novembro deste ano, a diretoria do Sintespe sofre modificações. Em virtude das eleições 2012, conforme a Legislação Eleitoral, a vice-presidente Maria Cláudia Oliveira dos Santos ocupa interinamente o cargo de presidenta em substituição a Antônio Luiz Battisti, enquanto a 1ª suplente Zenaida Knihns Formonte ocupa, no período, o cargo de Diretora de Organização e Relações Sindicais em substituição a Wolney Chucre. Os dois diretores afastados serão candidatos a cargos públicos.

Vídeo Unidade para Defender os Interesses dos Servidores

Está no site e no canal do Youtube do Sindicato um vídeo que relata as ações da gestão Unidade para Defender os Interesses dos Servidores, que tomou posse em final de 2010 e segue na diretoria da entidade até 2013. No vídeo, estão relatadas as lutas da Campanha Salarial, em defesa dos serviços públicos contra as Organizações Sociais, ações coletivas jurídicas etc. Assista e Compartilhe!

Redes Sociais

Além do perfil no Twitter, o Sindicato agora também possui conta no Facebook. Ali são divulgadas as ações e agendas pertinentes da categoria. Para compartilhar informações com o Sintespe, siga no twitter o perfil @sintespe e, no facebook, o Sintespe Santa Catarina.

TV Floripa muda diretoria

TV Floripa, Tv mantida pelas entidades sindicais de Florianópolis tem nova diretoria desde o dia 12 de julho. O mandato é de 2 anos. Às terças-feiras, das 14h30 às 15 horas, o Sintespe mantém o programa Floripa em Foco, que é reapresentado às 22 horas. Assim como nas últimas sextas-feiras de cada mês, tem reservados 15 minutos de programação que pode ser vista Ao Vivo pela internet, no site www.tvfloripa.org.br ou no canal 4 da Net, na Grande Florianópolis.

CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA

Sindicato pede retorno das negociações

Reivindicações da Campanha de 2011 ainda não foram todas atendidas

Uma nova reunião entre a direção do Sindicato e CONER para tratar das reivindicações da Campanha Salarial 2011-2012 ainda não conquistadas deve acontecer após dia 20 de julho. A data da reunião ficou decidida no dia 5 de julho, quando a presidenta em exercício do Sintespe, Maria Cláudia Oliveira dos Santos, entregou ofício diretamente ao Coordenador da CONER, Décio Augusto Bacedo, solicitando continuidade das negociações.

Mesmo tendo conquistas importantes relacionadas à Campanha Salarial, como a definição da data-base, há ainda alguns pontos pendentes da pauta apresentada.

Com relação aos **Analistas Técnicos em Educação**, Décio

alegou que primeiramente o governo deve chegar a um consenso com o Magistério e acredita que esse consenso não deve demorar. O governo se comprometeu em incluir a extensão da gratificação de produtividade no projeto de lei de reestruturação da

Secretaria de Educação. A diretoria continua pressionando para que essa situação se resolva o mais breve possível corrigindo essa injustiça com os ATGs.

Os assuntos que estão na pauta da reunião são: 1) a revisão do enquadramento dos servidores inativos das secretarias, autarquias e fundações; 2) a Implementa



Décio Bacedo (esq.) assina pedido de reunião entregue pela presidenta Maria Cláudia (dir.)

ção da Progressão por Tempo de Serviço dos Servidores das Secretarias, Autarquias e Fundações, bem como a imediata regulamentação da Progressão por Qualificação ou Desempenho Profissional; e 3) Pagamento do abono alimentação aos servidores em licença para tratamento de saúde, entre outros.

Fortalecer a luta para garantir as conquistas



Imagem da capa do folder de Sindicalização

Com objetivo de fortalecer a organização dos servidores públicos diante da precarização das relações no trabalho causada pela política de terceirizações e privatizações, adotada pelos últimos e atual governos, o Sindicato lançou, dia 26 de maio, durante o seu 4º Congresso a Campanha de Sindicalização "Com você nossa luta fica mais forte!". Com ela, pretende-se ampliar o quadro dos atuais 10 mil filiados à entidade para sindicalizar, no mínimo, mais 500 servidores. Para isso, está sendo elaborada uma agenda de atividades em todo o Estado. Com o folder em mãos, em uma visita a um local de trabalho, fica bem mais fácil filiar um companheiro (a).

Marlete Gonzaga, 1ª secre

tária do Sintespe e responsável pela Campanha junto à presidenta Maria Cláudia Oliveira dos Santos, diz que "quanto maior o número de sindicalizados a gente tem, mais força a gente vai ter pra conquistar nossos objetivos".

Para ser sindicalizado, o servidor deve preencher a ficha de sindicalização disposta no folder ou no site no link Filiação, assinar e enviar ao Sintespe, via Correios. O desconto na folha de pagamento é de 1,2% do valor do vencimento, sem somar gratificação e benefícios.

Agora, conforme mudança aprovada no estatuto da entidade aposentados e pensionistas podem se filiar ao Sintespe.

Fortaleça essa luta! File-se ou filie um companheiro ou companheira de trabalho

PARIDADE

890 servidores serão beneficiados com a EC 70

A direção do Sintespe está atenta ao caso dos servidores aposentados por invalidez a partir de 2004 que, com base no dispositivo da reforma da Previdência acabaram perdendo a garantia de ter os mesmos reajustes dos servidores da ativa e tiveram seus proventos reajustados de acordo com índice da Previdência Federal. Após promulgação da Emenda Constitucional 70/2012, em 29 de março, o estado tem 180 dias para fazer o levantamento dos beneficiados e cumprir a lei. A Lei diz que os proventos dos aposentados por invalidez que ingressaram no

serviço público antes de 2004 devem ser calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, e não mais pela média das remunerações. Os proventos podem ser integral ou proporcional, dependendo do motivo da invalidez, e reajustados conforme a remuneração dos servidores ativos.

Mas, os casos decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável permaneceram com direito à aposentadoria com proventos integrais, e com paridade.



Em reunião realizada com aposentados, diretoria esclarece dúvidas quanto à Paridade

Serão beneficiados 890 servidores. O Iprev afirmou, por meio de sua assessoria que pretende terminar o levantamento deles antes do prazo (29/09). Conforme a assessoria, a fase de análise e cálculo depende das informações dos órgãos pelos quais o trabalhador se aposentou.

SC SAÚDE

Decreto garante reembolso parcial de despesas com o plano

A partir do Decreto 975/2012 do governador Colombo, de 16 de maio, o conveniado que tiver que arcar com os custos das consultas por não haver prestadores e atendimentos necessários credenciados nas regiões dos Centros de Atenção ao Segurado, na sua localidade, terá ressarcidos os valores da sua despesa de acordo com a tabela que o SC Saúde paga aos conveniados, e desde que comprovadas por meio de nota fiscal.

O SC Saúde terá um prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da documentação completa, para avaliação e resposta oficial ao segurado, mediante comunicado por escrito.

Desde que o Plano SC Saúde começou a vigorar, o Sintespe chama atenção para os problemas da

terceirização da gestão do plano. É inadmissível que uma empresa que recebe R\$ 3,6 milhões por mês (entre dinheiro do Estado e dos trabalhadores) se negue a ressarcir em 100% os gastos dos usuários que pagam corretamente a mensalidade e não conseguem usar o convênio.

Sintespe pede nova reunião com secretário da Administração

A falta de médicos credenciados no planalto norte é problemática. Uma nova reunião com o Secretário de Administração, Milton Martini, para tratar do assunto já foi solicitada, avisa a presidenta, Maria Cláudia. Também serão discutidos, entre outros pontos, a reposição das perdas salariais, retorno das promoções, isonomia das gratificações, adicionais de graduação, insalubridade etc.

Chapecó: Governo deve trabalhar mais para o credenciamento do Hospital da Unimed ao plano

A convite da Comissão do Plano SC Saúde, o diretor de comunicação do Sintespe e a funcionária Bruna de Bortoli participaram de uma reunião, dia 11 de junho, no município, para tentar sensibilizar

a direção do hospital da Unimed a se credenciar ao SC Saúde. O credenciamento é necessário para prestar atendimento aos servidores da região e seus dependentes, que conforme a direção do hospital somam aproximadamente 8.000 vidas.

Maurino avalia que a direção do SC Saúde não se empenhou o bastante para convencer a



Em reunião com diretores do Hospital da Unimed-Chapecó e diretores do SC Saúde, Maurino (1º à direita), defende o credenciamento do Hospital ao Plano.

governo Colombo. A justificativa para o não credenciamento é de que o hospital da Unimed de Chapecó é de alta complexidade, com isso os valores oferecidos pelo plano ficam inviáveis. "Esperamos que os membros do SC Saúde apresentem uma nova proposta para a direção da Unimed Chapecó para que o hospital possa se credenciar e atender a demanda dos servidores", afirma Maurino.

direção do Hospital ao credenciamento. De acordo com a direção do Plano, há uma limitação por conta de uma posição política da PGE, do Tribunal de Contas e do próprio

Governo insiste em terceirizar hospitais

Em Audiência Pública realizada na Assembleia Legislativa-SC que debateu a gestão dos hospitais públicos em Santa Catarina, sindicatos de trabalhadores na Saúde, previdência, movimentos populares, diretores de hospitais, deputados e vereadores cobraram investimentos urgentes do Estado na área da Saúde, ao mesmo tempo em que disseram não à administração dos hospitais por Organizações Sociais. Entre as maiores dificuldades no Setor está a falta de 2, 4 mil profissionais, além da falta de estrutura nos estabelecimentos e leitos: resultado da falta de recursos destinados pelos gover-

nos federal e estadual.

Ou seja, enquanto o governo Federal destina apenas três por cento do seu orçamento anual ao Setor da Saúde ele envia 10 bilhões ao FMI para salvar os lucros de banqueiros e empresários. E ao mesmo tempo, o governo estadual vai enviar R\$ 883 milhões aos hospitais sob gestão de organizações sociais e aos administrados pelo estado apenas R\$ 179 milhões.]

Secretário de saúde confirma terceirização

Apesar de todas as declarações dos profissionais da área e populares serem contrárias à ges-

tão dos hospitais nas mãos das OSs, o secretário Dalmo Claro de Oliveira afirmou na Audiência que o interesse do governo é contratar OS e está realizando estudos para isso. Ele admitiu que estão para ser repassadas para OSs as gestões do Hospital Florianópolis e o Hospital Regional de Joinville, no momento.

Durante a Audiência foram encaminhadas propostas para melhorias no setor, como uma moção de investimentos de pelo menos 10% do orçamento para a Saúde, outra moção contra a gestão das OS nos Hospitais e uma de contratações urgentes de profissionais.

Movimento Sindical

Sintespe fará devolução de parte do Imposto Sindical

O Sintespe preza pela Autonomia e Liberdade Sindical e já afirmou que vai fazer a devolução aos trabalhadores da parte da Contribuição Sindical Urbana (também chamada Imposto Sindical) que caberia à entidade. Mas não é essa a atitude da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), que desde 2008, a partir de um acordo espúrio com o Estado, vem recebendo sua parcela, mesmo sem representar legitimamente a categoria.

Tanto que, neste ano, a CSPB entrou com Mandado de Segurança contra o Estado para garantir que o valor do Imposto Sindical descontado dos trabalhadores fosse depositado diretamente em sua conta e não na conta do Sintespe vinculada à Caixa Econômica Federal - banco responsável por fazer os repasses às entidades sindicais.

Diante disso, o Juiz da 3ª Vara da Fazenda concedeu liminar

para que os valores da Contribuição fossem depositados em juízo até a decisão final da Justiça, a qual foi publicada na primeira semana de julho. E, de acordo com a sentença final, o Estado deve depositar o dinheiro do Imposto corretamente na Conta da CEF, que vai distribuir os valores referentes a cada entidade.

Como o dinheiro descontado dos servidores das Autarquias foi depositado corretamente na conta da CEF, sem que ficasse retido em juízo, os valores serão devolvidos pelo Sintespe tão logo a Diretoria de Gestão de Desenvolvimento de Pessoas repasse à nossa entidade a listagem dos nomes com os valores correspondentes de cada servidor. No entanto, o Iprev, Tribunal de Contas e Imetro já enviaram suas relações e devem ter seus valores devolvidos nos próximos dias.

Trabalhadores da Saúde e Aposentados

O Sintespe chama a atenção para o fato de que o Imposto Sindical só é recolhido dos trabalhadores ativos e não dos aposentados. Como também esclarece que no caso dos servidores na saúde, o valor descontado do Imposto é destinado ao Sindsaúde, e não ao Sintespe, portanto não haverá devolução pelo Sintespe.

Como deve ser o desconto

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, o Imposto Sindical é a arrecadação compulsória de um dia de trabalho por ano (ou ainda 3,33% do salário) sempre no mês de março. Normalmente, do total desse valor, 10% são distribuídos para a Conta Salário e Emprego do Ministério do Trabalho, 10% vão para a central sindical, no caso a CUT, 5% são destinados à Confederação (CSPB), 15% vão para a Federação e 60%, para o Sindicato.

11º CONCURTO: Trabalhadores organizam Marcha rumo a Brasília

Após a realização dos Congressos Estaduais da CUT, 3500 delegados do país inteiro participaram do 11º Congresso Nacional, em São Paulo. Além de eleger nova direção para a Central, o Concut aprovou também resoluções importantes para a defesa dos trabalhadores e da nação diante da atual conjuntura internacional. Foi aprovada a realização de uma Marcha de Trabalhadores a Brasília, no dia 18 de agosto.

A Marcha tem objetivo de exigir mudança na política do gover-

no Dilma, que possibilite: - A estabilidade no emprego e melhores salários; - Em defesa da Previdência, pelo fim do fator previdenciário e fim da desoneração da contribuição patronal; - Não à Flexibilização de direitos e à terceirização, 40 horas já!; - Fortalecimento dos serviços públicos, revogação das OSs; - Reforma Agrária e atualização do índice de produtividade da terra; - Derrubada dos juros, controle da remessa de lucros às multinacionais, combate à desindustrializa-

ção, o fim do superávit; Soberania Nacional, por uma Petrobrás 100% estatal e anulação da privatização dos aeroportos e a Aplicação do Piso do Magistério.

No Concut, participaram seis delegados pelo Sintespe.

11ºCECUT: Do Congresso Estadual, entre os 352 trabalhadores, estiveram presentes 25 delegados eleitos pelo Sintespe. Mário Antônio da Silva e Maurino Silva, diretores do Sindicato foram eleitos à direção da Central em S C.

Abaixo o Golpe no Paraguai É preciso romper com a burguesia e atender às reivindicações dos trabalhadores

No dia 22 de junho, assistimos a mais um episódio que põe em xeque a “democracia” na América Latina. Faltando poucos meses para terminar seu Mandato, o então presidente do Paraguai, Fernando Lugo, sofreu um processo de impeachment Express no Senado (em menos de 30 horas), com 39 votos favoráveis à sua destituição e 4 contra. Entre os motivos alegados está a ligação de Lugo a movimentos sociais e o confronto ocorrido em Curuguaty, no dia 15 de junho, onde 11 camponeses e 6 policiais morreram.

Fernando Lugo, chegou à presidência do país vizinho em 2008, após 61 anos de oligarquia colorada, com apoio dos trabalhadores e dos movimentos sociais. Porém, levou à vice presidência um candidato das velhas políticas, ou seja, uma aliança nada benéfica aos trabalhadores.

Na verdade, o golpe express no Paraguai, já era ensaiado há tempos e resulta das “alianças” políticas mal feitas entre os trabalhadores e elites. Durante o seu gover-

no Lugo não quis comprar briga com as oligarquias paraguaias e deixou de lado a reforma agrária, pois 85% das terras ainda estão concentradas em 2,5% dos proprietários, 64% dos trabalhadores ainda recebem menos de um salário mínimo enquanto as multinacionais como Monsanto e Cargill continuaram saqueando o país, os grandes empresários e banqueiros continuaram enriquecendo. Tanto que a embaixada norte americana no Paraguai aceitou e recomendou à população que aceitasse o novo presidente. mas a população paraguaia foi às ruas protestar contra o golpe.

Embora acordos como o Mercosul, Unasul tenham rejeitado o novo presidente paraguaio Francisco Franco e inclusive a suprema Corte do Paraguai admita o recurso de Lugo no qual alega a inconstitucionalidade do impeachment, a única saída para combater o golpe é Lugo romper com a burguesia paraguaia e se apoiar nas mobilizações populares para atender, de fato, às reivindicações dos trabalhadores.

NOTA DE SOLIDARIEDADE

Todo apoio à greve dos servidores federais

Ao mesmo tempo em que o governo federal aceita a exoneração do orçamento dos encargos trabalhistas que devem ser pagos pelos patrões, se nega a negociar com servidores federais suas reivindicações. Desde o dia 17 de maio, já somam no país 55 instituições Federais de Educação em greve, movimento que é ampliado pelos servidores técnicos administrativos (Fasubra), da base da CONDSEF, da seguridade social, do judiciário, Emprapa, IBGE, servidores do Executivo e também estudantes.

São sete as principais exigências dos servidores: entre elas: a definição da data-base em 1º de maio; uma política salarial permanente com reajuste inflacionário, Não a qualquer reforma que retire direitos; retirada de PECs, PLs, MPs e decretos contrários aos interesses dos servidores públicos; cumprimento por parte do governo dos acordos firmados e não cumpridos; paridade entre ativos, aposentados e pensionistas e reajuste

de benefícios.

A Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, responsável pelo processo de negociação, vem protelando a discussão e estipulando um prazo irreal, do ponto de vista das organizações dos servidores, 31 de julho, para apresentar qualquer proposta concreta. E alega limitações de ordem orçamentária sob a justificativa de que o aumento com investimento em pessoal possa comprometer o país num “ambiente” de crise financeira internacional.

O Sintespe é solidário e apoia a legítima greve dos servidores federais que, na maioria, votaram no governo Dilma na expectativa de melhorias nos serviços públicos, nas universidades, nos salários e na carreira. Só com unidade e mobilização dos trabalhadores é possível fortalecer e ampliar a greve para fazer a presidente Dilma mudar sua política, acabar com o ajuste fiscal e atender as reivindicações dos trabalhadores.